

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 186 – 15/02 à 19/02/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Prazo das contribuições para as consultas públicas sobre normas trabalhistas é prorrogado](#)

Ministério da Economia - 19/02/2021

As consultas públicas sobre normas infralegais trabalhistas, disponibilizadas na Plataforma Participa + Brasil, foram prorrogadas por mais 15 dias. Os avisos de prorrogação foram publicados no Diário Oficial de União. As propostas têm como objetivo simplificar e adequar os atuais normativos que tratam de procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho, além de disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [STF confirma obrigatoriedade do uso de máscaras por trabalhadores do sistema prisional](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/02/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a plena vigência da regra que obriga o uso de máscara de proteção individual a todos os trabalhadores dos estabelecimentos prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas, incluídos os prestadores de serviço. Também foi mantido dispositivo que determina a afixação de cartazes informativos sobre o uso correto de máscaras e as medidas de distanciamento social para combate à pandemia da Covid-19 por órgãos, entidades e estabelecimentos diversos.

### [Empresa é condenada por registrar licenças médicas na carteira de trabalho de empregada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/02/2021

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, restabeleceu a condenação imposta à Cencosud Brasil S.A. ao pagamento de indenização de R\$ 2.500 a uma comerciária de Aracaju (SE), por ter registrado as licenças médicas em sua carteira de trabalho. Para o colegiado, a medida pode prejudicar a obtenção de novo emprego.

### [Trabalhador que não justificou ausência em audiência terá de pagar custas processuais](#)

Supremo Tribunal Federal - 18/02/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu pedido da Construtora Villela e Carvalho Ltda., de Brasília (DF), e restabeleceu a condenação de um prestador de serviços ao pagamento das custas processuais, em razão da sua ausência injustificada à audiência inicial. O colegiado seguiu a alteração introduzida pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), que prevê que, nessa situação, a ação é arquivada e a parte ausente deve arcar com as custas do processo.

## Reversão de justa causa na Justiça não garante reparação a vendedor

Tribunal Superior do Trabalho - 17/02/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou da condenação imposta à Icavi Indústria de Caldeiras Vale do Itajaí S. A., de Pouso Redondo (SC), o pagamento de indenização por dano moral a um vendedor orçamentista que conseguiu reverter, na Justiça, sua dispensa por justa causa. Segundo os ministros, não houve comprovação de que a empresa teria divulgado informações que pudessem abalar a honorabilidade do empregado.



## Notícias do Executivo

### [Receita Federal apresenta as regras da Declaração do IRPF/2021 na próxima quarta \(24/2\)](#)

Ministério da Economia - 19/02/2021

A Receita Federal apresentará, na próxima quarta-feira (24/2), às 15 horas, em coletiva de imprensa, as regras, prazos e funcionalidades do Programa da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física de 2021. A coletiva será transmitida ao vivo pelo [canal do Ministério da Economia no YouTube](#), e os jornalistas poderão fazer perguntas, via aplicativo de mensagens, no grupo “Coletivas”.

### [Extrato de rendimentos de 2020 está disponível no Portal Meu INSS](#)

Ministério da Economia - 19/02/2021

Já está disponível no [Portal Meu INSS](#) – com login e senha – ou pelo aplicativo para celulares, o demonstrativo de rendimentos para declaração do Imposto de Renda de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao acessar o sistema com a senha, basta que o contribuinte escolha a opção Extrato para Imposto de Renda, do lado esquerdo da página, e emita o documento. Se houver problemas com a senha de acesso, mais informações podem ser obtidas no [portal de serviços do governo federal](#).

### [Prazo para adesão antecipada à DCTFWeb termina nesta sexta-feira \(19\)](#)

Ministério da Economia - 18/02/2021

Termina nesta sexta-feira (19/2) o prazo para adesão antecipada à Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), período de apuração 3/2021. Podem aderir somente as empresas já obrigadas ao fechamento de folha no eSocial, conforme art. 19, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021.

## [Carteira de Trabalho Digital ultrapassa 303 milhões de acessos](#)

Ministério da Economia - 18/02/2021

Mais de 303 milhões de pessoas já acessaram a Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital (CTPS) desde seu lançamento em janeiro de 2019. Fruto de uma iniciativa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia com a parceria tecnológica da Dataprev, a CTPS evita que o cidadão tenha que ir presencialmente retirar o documento. Por causa da pandemia, a versão digital teve um aumento expressivos de novos usuários, acessos e downloads desde o ano passado. Apenas em 2020 foram mais de 270 milhões de acessos.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [Acordo com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações promove desenvolvimento de novas tecnologias para a melhoria das condições de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/02/2021

Com o objetivo de promover a melhoria das condições de trabalho no Brasil com o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinou na manhã desta sexta-feira (19) um [acordo de cooperação técnica](#) com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O documento fortalecerá a cooperação entre as duas instituições por meio do intercâmbio de dados, informações e tecnologias. A assinatura ocorreu na sede do MCTI, em Brasília, e contou com a presença do procurador-geral do MPT, Alberto Balazeiro, e do ministro do MCTI, Marcos Pontes.

### [PGR e MPT se posicionam contra a suspensão nacional das ações trabalhistas envolvendo a Administração Pública sobre o tema da terceirização](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/02/2021

O procurador-geral da República, Augusto Aras, e o procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, se manifestaram contra pedido feito por entes federados para que sejam paralisados todos os processos que tratam da possível responsabilidade subsidiária da Administração Pública em casos de irregularidades trabalhistas cometidas por empresas terceirizadas prestadoras de serviços. A petição conjunta foi enviada ao Supremo Tribunal Federal em resposta ao pedido feito pelos estados, que também querem ser admitidos como parte no processo.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Importante: prazos para consultas públicas foram prorrogados até o início de março](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/02/2021

O SINAIT requereu à Casa Civil, em correspondência protocolada no dia 28 de janeiro, a prorrogação do prazo de manifestação por mais 30 dias. O entendimento é de que os assuntos são complexos e muito importantes, e o tempo exíguo para analisar em profundidade as propostas de portaria. O secretário especial de Previdência e do Trabalho, Bruno Bianco Leal, em publicação no Diário Oficial da União – DOU desta quinta-feira, 18 de fevereiro, atendeu parcialmente ao pedido do SINAIT, estendendo o prazo por 15 dias. Confira os Avisos de Prorrogação de Consulta Pública [nº 5](#) e [nº 6](#).

## Outras Notícias

### [Fisioterapeuta não receberá diferenças de piso previstas em lei inconstitucional](#)

Consultor Jurídico - 21/02/2021

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a condenação imposta a uma empresa ao pagamento de diferenças salariais pleiteadas por uma fisioterapeuta com base em lei estadual que definia o piso da categoria. Como a norma foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a pretensão foi considerada inviável.

### [TRT-18 não conhece de recurso devido a assinaturas escaneadas](#)

Consultor Jurídico - 19/02/2021

A assinatura escaneada é uma mera inserção no documento e por isso não possui validade jurídica. Dessa forma, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região não analisou o mérito de um processo no qual foram apresentadas procurações com assinaturas digitalizadas.

### [TRT-21 confirma multa para empresa que não forneceu EPIs contra Covid-19](#)

Consultor Jurídico - 18/02/2021

O juízo da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região decidiu manter decisão que condenou a empresa Interfort Segurança de Valores a pagar uma multa — de R\$ 15 mil por funcionário — por não fornecer equipamentos de proteção individual para evitar o contágio por Covid-19.

### [Entidades contestam proposta de revisão e unificação de decretos trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 17/02/2021

Quatro entidades ligadas à Justiça do Trabalho emitiram nota técnica contrária à edição de um decreto, pelo governo federal, para a revisão e consolidação de outros 31 decretos que tratam da regulamentação de normas trabalhistas. A hipótese fere a Constituição e gera insegurança jurídica, dizem.

### [Deslocamento frequente de moto dá direito a adicional de periculosidade](#)

Consultor Jurídico - 15/02/2021

O deslocamento frequente do trabalhador em motocicleta para realizar sua atividade profissional justifica o pagamento de adicional de periculosidade. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma autoescola de Pirassununga (SP) a pagar o benefício a um grupo de instrutores práticos do veículo de duas rodas.

### [Eletricista de manutenção de rede de energia receberá adicional de periculosidade](#)

Consultor Jurídico - 15/02/2021

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa a pagar o adicional de periculosidade a um eletricista que fazia manutenção de redes e de componentes de alta e baixa tensão, energizada ou não. De acordo com a jurisprudência do TST, o contato com o agente de risco, ainda que por poucos minutos diários, caracteriza a exposição intermitente.

## Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT/ME Nº 1.809, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU de 18/02/2021 Seção I Pág. 54) - Altera o Anexo da Portaria SEPRT nº 604, de 18 de junho de 2019. (Processo n 19964.101240/2019-89);

[AVISO DE PRORROGAÇÃO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 5/2021](#) (DOU de 18/02/2021 Seção III Pág. 28) - Prorroga por mais quinze dias a consulta pública referente à proposta de Portaria que disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências;

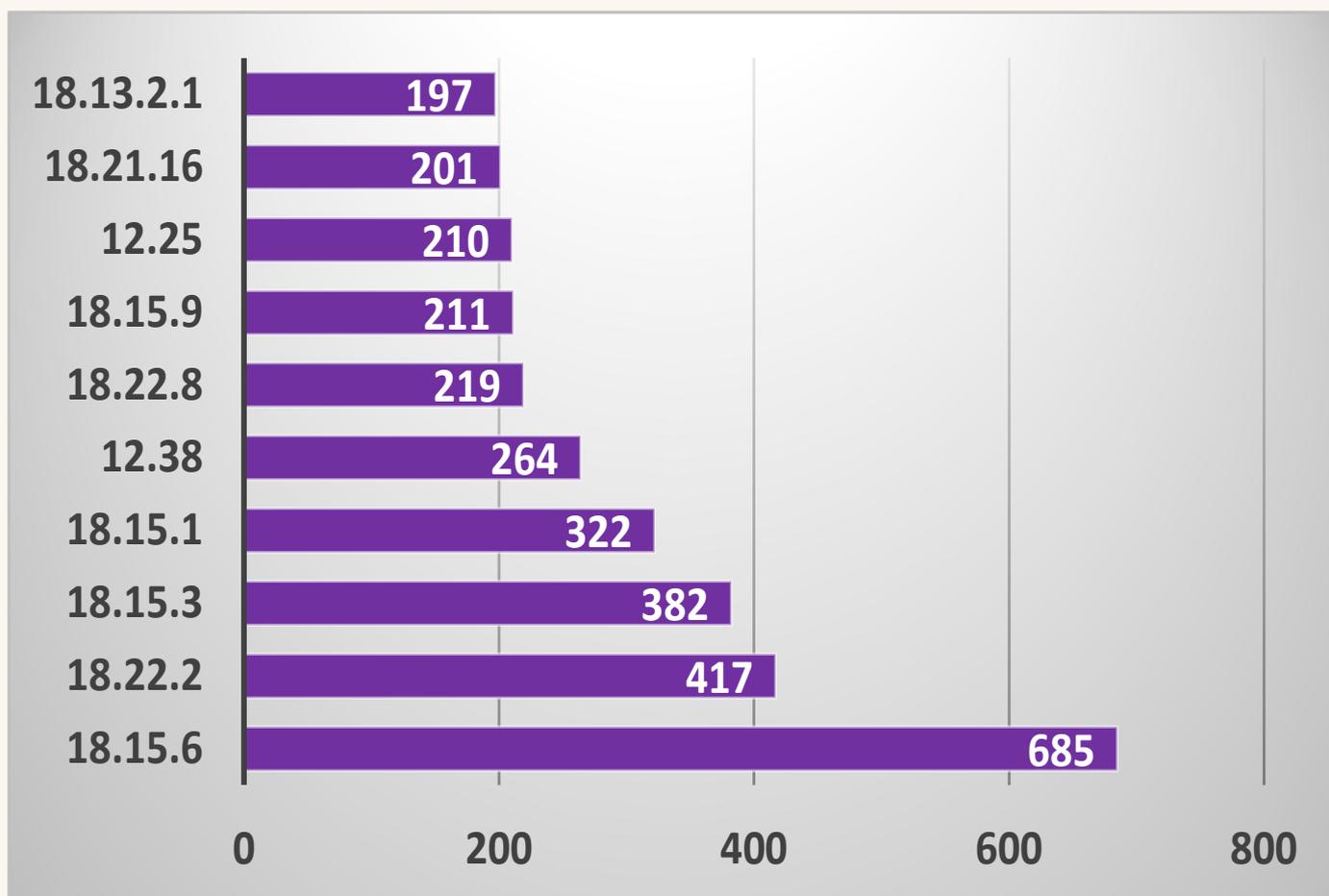
[AVISO DE PRORROGAÇÃO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 6/2021](#) (DOU de 18/02/2021 Seção III Pág. 28) - Prorroga por mais quinze dias a consulta pública referente à proposta de Portaria que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho;

[DESPACHO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU de 19/2/2021 Seção I Pág. 01) - Prorroga, até 6 de março de 2021, o prazo estabelecido no despacho publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2021, Seção 1, Edição 14-A, que tornou pública a consulta sobre minuta de decreto que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas e o Prêmio Nacional Trabalhista;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/dez):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Interdição** : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.15.22** Os montantes do andaime fachadeiro devem ter seus encaixes travados com parafusos, contrapinos, braçadeiras ou similar.

**18.15.3** O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, ser antiderrapante, nivelado e fixado ou travado de modo seguro e resistente.

**18.15.1** O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, deve ser realizado por profissional legalmente habilitado.

**12.38** As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

**18.22.8** Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.

**18.15.9** O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

**12.25** Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao

serem energizadas.

**18.21.16** Os canteiros de obras devem estar protegidos por sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, projetado, construído e mantido conforme normas técnicas nacionais vigentes.

**18.13.2.1** As aberturas, em caso de serem utilizadas para o transporte vertical de materiais e equipamentos, devem ser protegidas por guarda-corpo fixo, no ponto de entrada e saída de material, e por sistema de fechamento do tipo cancela ou similar.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*